ROTA ECOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA PARA O TURISMO NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS COM BASE NA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

R. K. A. de Carvalho, L. M. de Araujo, L. T. F. Hidaka

RESUMO

O turismo de massa tem sido amplamente criticado por seus impactos negativos nos destinos turísticos. Por seu lado, o chamado turismo alternativo, que inclui uma preocupação com o desenvolvimento sustentável, tem crescido em décadas recentes em todo o mundo. Por exemplo, segmentos da hotelaria têm buscado incorporar medidas de responsabilidade socioambiental às suas práticas. Este trabalho analisa as práticas adotadas por 10 pousadas associadas ao eixo do turismo alternativo, localizadas em um trecho de 23 km do litoral Norte do Estado de Alagoas, denominado localmente de Rota Ecológica. A metodologia incluiu entrevistas semiestruturadas, questionário fechado, observação direta, registro fotográfico e análise de imagens remotas do Google Earth. O estudo constatou que, apesar da necessidade de maiores avanços, as 10 pousadas da Rota Ecológica adotam medidas associadas à noção de responsabilidade socioambiental, de uma forma que normalmente não ocorre no turismo de massa.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das principais atividades socioeconômicas do mundo contemporâneo, tanto em volume de capital mobilizado e empregos gerados, quanto pela espacialização da função turística (OLIVEIRA, 2007). Como consequência, o turismo tem gerado uma profunda reorganização dos territórios alvo dos investimentos, com consequências ambientais, sociais, culturais e políticas para os lugares envolvidos (BARROS, 2009).

Em Alagoas, o turismo é uma importante atividade socioeconômica, principalmente no litoral. Nessa parte do território de Alagoas, a paisagem natural representada por praias, dunas, estuários, planície costeira, recifes de arenito e de coral, manguezais, matas de restinga (formações associadas ao bioma Mata Atlântica) e as lagunas, é o principal elemento de atratividade turística.

Foi quase exclusivamente com base nesse contexto natural que a partir da década de 1970 o turismo começou a se desenvolver em Alagoas. Um aspecto comum a praticamente todos os lugares turísticos do litoral alagoano, como de resto na maior parte do litoral nordestino, é sua orientação para o turismo de massa, associado ao chamado “turismo de sol e praia”. Por essa orientação mercadológica, o turismo tem causado rápidas alterações no litoral alagoano, impactando em curto espaço de tempo lugares antes habitados por populações tradicionais (pescadores, marisqueiras, agricultores, etc.). Uma das consequências mais comuns, além da descaracterização do ambiente natural, tem sido a ruptura de tradições e mudanças culturais pela imposição de elementos de modernidade exógenos aos locais que antes do turismo

funcionavam predominantemente com base em aspectos sociais, culturais e interesses locais, fenômeno comum em grande parte do litoral nordestino (ARAUJO; MOURA, 2007).

Apesar da prevalência do turismo de massa no mundo, incluindo o Brasil, vem crescendo de forma rápida em diversos países o que se convencionou chamar de *slow tourism* o qual, alinhado ao eixo do turismo alternativo (BENSON, 2005), prioriza as características intrínsecas aos locais visitados e evita as rotinas e a pressa comuns ao turismo de massa (TIMMS; CONWAY, 2012). Associado à noção de *slow tourism*, surgiram mais recentemente as chamadas "Pousadas de Charme", nas quais se prioriza o "[...] bom gosto, atenção aos detalhes, paixão de servir, conforto compatível com expectativas dos hóspedes, localização privilegiada, construção adequada ao meio ambiente e à região" (Associação de Hotéis Roteiros de Charme, 2013, s.p.), o que torna o empreendimento diferenciado, se comparado a meios de hospedagem convencionais, como é o caso dos *resorts*. Um dos aspectos mais relevantes das Pousadas de Charme é a adoção de iniciativas de responsabilidade socioambiental (RSA) (TACHIZAWA, 2006; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009), que envolve preocupação com o meio ambiente, a cultura e a sociedade das comunidades envolvidas.

No litoral norte do Estado de Alagoas, há uma oferta turística com base em 13 pousadas de pequena escala, que combinam sofisticação, aspectos rústicos e alta exclusividade. Essas pousadas se localizam ao longo de um trecho de 23 km lineares, formado pelo litoral dos municípios de Passa de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras e que é localmente conhecido como Rota Ecológica (RE). Uma dessas pousadas – Pousada do Toque – faz parte da Associação de Hotéis Roteiros de Charme. Apesar das demais pousadas da RE não fazerem parte dessa associação, elas incorporam várias características dos meios de hospedagem da referida associação. As pousadas de charme, assim como as demais pousadas da RE, incorporam ações de RSA, associadas aos princípios do desenvolvimento sustentável, a fim de garantir a sustentabilidade da atividade, ou seja, elas buscam associar a viabilidade econômica dos empreendimentos ao desenvolvimento social local e à conservação ambiental (CARVALHO, 2014).

Este trabalho tem como objetivo analisar a experiência das pousadas da Rota Ecológica, buscando entender se e como ocorre a inclusão de aspectos de sustentabilidade com foco na responsabilidade socioambiental destes empreendimentos. O estudo adotou uma abordagem qualitativa e utilizou os seguintes procedimentos para a coleta de dados: observação direta, imagens do Google Earth, levantamento fotográfico, entrevistas semiestruturadas e questionários fechados. Das 13 pousadas da RE, 10 aceitaram participar do estudo. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Alagoas – Ufal através da Plataforma Brasil com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética – CAAE N° 22643613.6.0000.5013 e Parecer N° 552235.

2 HOTÉIS E POUSADAS DE CHARME NO BRASIL

A construção do conceito de hotéis e/ou pousadas de charme teve início na Europa, durante a década de 1980, a partir do momento em que foram incluídos alguns aspectos particulares aos estabelecimentos localizados em antigos casarões e castelos (CAMPOS, 2005). Esses aspectos particulares compreendiam

> [...] uma decoração mais aconchegante, com traços do caráter pessoal do proprietário, uma cozinha com forte característica regional e um atendimento efetivamente personalizado e interativo com o hóspede. [...] Além disso, as

> instalações do estabelecimento oferecem ao hóspede, mais fortemente do que uma simples pousada, um clima de ambiente caseiro, onde ele pode ter acesso a biblioteca, sala de jogos ou de fumar, onde se serve do que estiver ali a sua disposição (CAMPOS, 2005, p. 83).

Esse tipo de empreendimento buscava ter como elementos basilares o conforto, a tranquilidade, a satisfação do cliente e a proximidade dos hóspedes uns com os outros. Campos (op. cit.) destaca outros elementos que caracterizam esse tipo de empreendimento:

> As principais características são o pequeno número de apartamentos ou chalés, o charme do ambiente e sua decoração, o tratamento diferenciado dado ao hóspede e a identidade marcante do serviço. É agradável, por exemplo, sentar-se numa grande mesa de madeira maciça, que veio de um mosteiro ou de um castelo, e que acolhe todos os hóspedes do hotel em bancos de madeira para, juntos, tomarem o desjejum. Cria-se uma situação e um ambiente favorável à integração das pessoas, mesmo que não se fale o mesmo idioma (p. 84).

No Brasil, esse tipo de oferta turística teve origem em 1992, quando o hoteleiro Helenio Waddington começou a reunir estabelecimentos que tinham como proposta o atendimento à demanda de um mercado cada vez mais competitivo e exigente no que se refere ao conforto, qualidade e sustentabilidade, fundando a Associação de Hotéis Roteiros de Charme. A criação da Associação de Hotéis Roteiros de Charme adotou como uma de suas premissas a necessidade de desenvolver ações socioambientais nos locais onde os empreendimentos se instalaram, a fim de contribuir para a sustentabilidade da atividade turística e dos recursos naturais de que ela depende para existir. Adota-se o entendimento de que não haverá turismo sem meio ambiente conservado, pois este, geralmente, é o principal atrativo do turismo, daí a necessidade de conservá-lo diminuindo os impactos, os restringindo a níveis aceitáveis.

Foi criado o Código de Ética e de Conduta Ambiental que consiste em uma ferramenta da Associação dos Hotéis Roteiros de Charme para seus associados, que tem por finalidade a minimização dos impactos potenciais do segmento de hospedagem sobre o meio ambiente; e adoção de posturas proativas na busca da sustentabilidade do turismo no Brasil. O documento visa "[...] um objetivo comum e não o conflito entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico" (ASSOCIAÇÃO DE HORTÉIS ROTEIROS DE CHARME, 2013, p. 03). Dividido em quatro pontos – Implementação, Energia, Água e Resíduos Sólidos e Efluentes –, o Código de Ética e de Conduta Ambiental prevê ações de RSA que podem ser inseridas nas práticas dos meios de hospedagem visando garantir a sustentabilidade da atividade e consequentemente do turismo. Dentre as ações socioambientais instituídas, estão: identificar e reduzir os impactos e riscos ambientais; respeitar os locais, a população anfitriã e seus valores culturais e suas tradições; evitar o desperdício de água e energia; impedir o vazamento de esgoto; reduzir a poluição sonora e atmosférica; e controlar o uso de produtos adversos ao meio ambiente.

2.1 Rota Ecológica: uma possibilidade para o turismo no litoral norte de Alagoas

Com uma proposta de experiência turística que converge com as características da oferta dos hotéis e pousadas pertencentes à Associação de Roteiros de Charme, no estado de Alagoas existe a Rota Ecológica. Trata-se de uma região localizada no litoral Norte alagoano, perpassando os municípios litorâneos de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Em consequência da sua localização estratégica, afastada das rodovias de acesso e circulação ao litoral Norte de Alagoas, a AL-101 Norte, rodovia de maior tráfego de

veículos, essa parte de Alagoas não foi alvo até o presente do turismo de massa[1] que pode ser visto, por exemplo, em Maragogi, município próximo à Rota Ecológica, no qual existem, dentre outros equipamentos, terminais de catamarãs, grandes hotéis e *resorts*. Essa condição de afastamento das áreas de intenso fluxo de veículos foi determinante para que os proprietários das pousadas se interessassem pelo local e começassem a explorar os recursos locais (naturais, paisagísticos, sociais e culturais), culminando na construção das atuais 13 pousadas da Rota Ecológica.

Dentre as práticas adotadas pelas pousadas em questão, chama-se atenção para as seguintes: 1) quase todos os postos de trabalho são ocupados por pessoas dos lugares nos quais as pousadas estão localizadas; 2) as pousadas dão preferência aos taxistas do local para o traslado dos visitantes a partir do aeroporto, de Maceió ou Recife, até as pousadas, o que gera ocupação e renda para pessoas que moram no lugar; 3) parte dos produtos usados nas pousadas, como o peixe e certas frutas, assim como alguns mantimentos são comprados no lugar; 4) há preocupação com o meio ambiente, como destinação final do esgoto, separação dos resíduos, pequeno número de quartos/chalés, ausência de verticalização das construções, separação do lixo, utilização de energia alternativa, uso de produtos orgânicos e construções com o mínimo de impacto ambiental na paisagem e nos ecossistemas locais; 5) envolvimento em ações de limpeza de rios e praias; 6) incentivo à visita ao projeto do peixe-boi marinho, no rio Tatuamunha; e 7) valorização de aspectos da cultura local, como a criação de oportunidades para a venda do artesanato produzido nos municípios que formam a RE.

Dessa forma, as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômica, social e ambiental – parecem estar sendo contempladas de alguma forma. Além disso, a visão de que é mais interessante, tanto para o lugar, como também para os empreendimentos, a inserção da comunidade local na sua oferta turística, acabou trazendo novas possibilidades para o desenvolvimento do turismo na região, de uma forma que se contrapõe na prática ao modelo dos enclaves turísticos (PEARCE, 2003), representados, sobretudo pelos *resorts*; ao turismo de massa, reconhecidamente degradador do meio ambiente (KRIPPENDORF, 2009; AGUILÓ *et al*., 2005; ARCHER; COOPER, 1998), e à urbanização linear às estradas e linha de praia, que caracteriza o que Yázigi (1999) denominou de "cidade miliquilométrica", que na visão deste autor, está se formando ao longo do litoral brasileiro.

Portanto, a oferta das pousadas da região se alinha mais aos preceitos do desenvolvimento sustentável, do que aos do turismo de massa. Elas se contrapõem, portanto, de várias formas, ao paradigma que norteou a expansão do turismo para praticamente todo o mundo a partir da década de 1950, ou seja, o turismo de massa, cujo enfoque é predominantemente econômico (HOERNER, 2011), uma forma de turismo que tem sido incompatível com a sustentação dos lugares onde se implanta, trazendo efeitos negativos inaceitáveis para as destinações (KÖRÖSSY, 2008).

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS POUSADAS DA ROTA ECOLÓGICA

Entendendo-se a responsabilidade socioambiental (RSA) como o compromisso que os empresários devem ter em relação à conservação do meio ambiente, com a comunidade nas quais seus empreendimentos estão inseridos e com os seus funcionários, os proprietários das pousadas foram questionados neste estudo sobre se eles desenvolviam algum tipo de atividade

[1] A região começou a receber pontualmente visitantes transportados pela CVC (*day use*), o que pode representar o início do desenvolvimento do turismo de massa na região.

de RSA na Rota Ecológica, associada à exploração econômica da região por parte de suas pousadas. Para a maioria dos proprietários, as práticas de RSA por parte das pousadas só podem ser eficazes se houver a participação dos clientes, o que vai depender do nível de conscientização, que deve ser suficiente para possibilitar a aplicabilidade das ações. Neste sentido, na visão dos entrevistados, se não houver colaboração dos hóspedes para que as ações sejam postas em prática, o esforço das pousadas não alcançará o resultado desejado. Entretanto, embora fosse uma premissa, antes de entrevistar os donos das pousadas, a ideia de que a RSA partia de uma série de exigências dos clientes, este estudo constatou que a realidade local não é bem esta. A maioria dos clientes procura esse tipo de pousada em busca de sossego, tranquilidade, contato com a natureza, enfim, buscam os mesmos aspectos que os proprietários afirmaram terem sido a base da motivação para a escolha do lugar para a implantação das suas pousadas. No entanto, isso não quer dizer que os clientes possuem necessariamente consciência ambiental e que as práticas ambientais e sociais das pousadas foram determinantes para a escolha da pousada por seus hóspedes, como no relato do proprietário de umas das pousadas:

> Assim tem o apelo sustentável e tal, mas pelos hóspedes [...] tem hóspede que joga a toalha no chão todos os dias. A toalha tá limpinha, seca, a pessoa joga no chão pra trocar todos os dias. Tem gente que pede pra trocar o lençol todos os dias. E aí eu não posso falar não. Você tá pagando e eu vou falar o quê? Não, faz assim. Tem muito hóspede assim.

Metade dos proprietários relatou situações em que os clientes não tinham comportamento condizente com o posicionamento das pousadas em relação à questão ambiental, como o caso de hóspedes que saem para passeios e deixam o ar-condicionado do quarto ligado, ou que exigem que o enxoval de cama seja trocado todos os dias, ou ainda que dão alimentos humanos para animais com os quais eles têm contato no lugar visitado. Esses proprietários disseram que buscam, através da conversa, a compreensão dos hóspedes em relação ao porque de essas atitudes precisarem ser mudadas, mostrando os benefícios que essas mudanças trazem para todos.

A maioria das pousadas possui parcerias com cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos ou com moradores locais que trabalham com reciclagem; fornecem óleo de cozinha utilizado nas pousadas para uma pessoa da comunidade que fabrica sabão; procuram disseminar informações junto aos hóspedes sobre as práticas socioambientais das pousadas para que eles também possam contribuir; e participam de alguma forma das ações realizadas com a comunidade ou para a comunidade. Um dos entrevistados tentou dar uma ideia sobre a questão da responsabilidade socioambiental associada à sua pousada:

> A ideia da pousada é a de tirar menos e dar mais. Então, produzir menos resíduos, é, poupar energia, enfim, poupar energia usando energia solar, reciclagem, é, são várias atividades que às vezes acontecem atrás, nos bastidores digamos, que os hóspedes não precisam sentir essas coisas, mas essas coisas acontecem, são práticas do nosso dia a dia. Tem uma horta, um aproveitamento da água da chuva, são coisas que fazem parte do nosso dia-a-dia, isso na parte ambiental, né? E fora os projetos que a gente faz... E na parte social, é isso né? Acho que é o apoio aos nossos funcionários em momentos de necessidade, é poder ajudar a comunidade, é um pouco do que eu já falei, né?

Um fato que chamou a atenção foi que os proprietários de duas pousadas não classificaram as ações que suas pousadas desenvolvem como sendo de caráter ambiental ou social, até mesmo as realizadas com seus funcionários, como atividades ligadas de alguma forma à noção de RSA. Eles alegaram que essas ações não passam de atividades rotineiras e acreditam que a RSA é algo mais complexo e que exige uma participação mais ativa junto à comunidade, o

que, segundo eles, suas pousadas não fazem. Informaram apenas que participam de algumas ações isoladas, e somente quando é necessário juntar uma grande quantidade de moradores para lutar por alguma causa maior.

O Quadro 1 apresenta as principais ações de responsabilidade socioambiental adotadas pelas pousadas da Rota Ecológica. Apenas três pousadas afirmaram possuir Código de Ética, no entanto, os proprietários disseram que não existe um documento oficial que comprove tal afirmação. O Código de Ética existiria de maneira informal, através de informações sobre a conduta das pousadas disponibilizadas nos seus próprios sites e em conversas com seus funcionários e hóspedes.

Os donos da maioria das pousadas, sete das 10 estudadas, afirmou possuir programas ou atividades voltadas à promoção da saúde, segurança no trabalho ou melhoria de qualidade de vida dos seus funcionários, o que se daria através de treinamentos internos sobre segurança alimentar, higiene na manipulação de alimentos, primeiros socorros, palestras e conversas informais, parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e ajuda financeira em consultas médicas. A realização dessas ações, segundo os entrevistados, busca a prevenção de doenças e acidentes de trabalho, na perspectiva de garantir a qualidade de vida dos funcionários. Para eles, além de reduzir custos, adotar essas medidas faz com que a empresa seja bem vista por seus funcionários e clientes.

Em oito pousadas, os proprietários afirmaram incentivar os seus funcionários a realizar capacitação e treinamento a fim de qualificar e melhorar os serviços ofertados em suas pousadas. Boa parte dessas capacitações e treinamentos é oferecida informalmente pelos proprietários nas próprias pousadas. O estudo identificou que três das 10 pousadas pesquisadas oferecem cursos de línguas como forma de envolver e capacitar não só os funcionários, mas também os moradores do entorno das pousadas.

Oito dos proprietários concordam em parte com o oferecimento de pratos da culinária local em seu cardápio; os outros dois concordam totalmente. Quando se trata da exposição e venda de produtos (artesanato, produtos da gastronomia local etc.) da comunidade local nas dependências das pousadas, duas pousadas discordam totalmente e o restante (oito) concorda em parte ou totalmente, um fenômeno que não é comum no desenvolvimento turístico com base no turismo de massa. Neste, a oferta turística tende a ser organizada de maneira muito formal e padronizada, para atender exigências da chamada "indústria do turismo", frequentemente de uma forma estritamente impessoal. A iniciativa de adotar intencionalmente uma oferta gastronômica que parcialmente volta-se para a cultura local tende a dar alguma visibilidade a aspectos da cultura do local visitado. Nas imagens disponibilizadas nos sites das pousadas identificamos que o artesanato e a culinária local estão presentes e são características marcantes nesses empreendimentos – aspectos esses confirmados no trabalho de campo –, que assim disseminam aspectos da cultural local nos seus pratos e nas suas dependências, através da decoração.

Uma forma de inserir pessoas da comunidade local que não estão empregadas diretamente nas pousadas, na atividade turística, muitas vezes ocorre através da compra de produtos (artesanato, frutos do mar, coco etc.) pelas pousadas ou utilização de serviços (jangadas para passeios, táxis, jardineiros, pedreiros, encanadores etc.) de pessoas que pertencem à comunidade local. Alguns autores (BARBIERI, 2004; DIAS, 2006; TACHIZAWA, 2006) entendem que a busca pela RSA pode incluir propostas que permitam a verdadeira inclusão

Quadro 1 - Ações de Responsabilidade Socioambiental nas pousadas entrevistadas

AÇÕES	POUSADA 1	POUSADA 2	POUSADA 3	POUSADA 4	POUSADA 5	POUSADA 6	POUSADA 7	POUSADA 8	POUSADA 9	POUSADA 10
Código de Ética	Sim / Informal	Não	Sim / Informal	Não	Não	Não	Sim / Informal	Não	Não	Não
Incentivo a capacitação e treinamentos de funcionários	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
Promoção da saúde, segurança do trabalho ou melhoria da qualidade de vida dos funcionários	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Canais de comunicação com clientes para registros e soluções às manifestações	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente
Oferece e dá preferência a pratos da culinária local	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda em Parte
Exposição e venda de produtos da comunidade local	Discorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda Totalmente	Concorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Discorda em Parte	Concorda em Parte	Concorda Totalmente	Concorda em Parte
Oferta de cursos para comunidade local	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não
Compra produtos no próprio município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Valorização das manifestações culturais locais	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Certificação ambiental	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim
Prioriza compras junto a fornecedores que desenvolvem práticas de proteção ao meio ambiente	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Disponibiliza informações sobre as práticas ambientais desenvolvidas aos hóspedes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Licença ambiental vigente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim

Fonte: Carvalho (2015).

dos atores da comunidade, envolvidos num mesmo processo com a determinação e capacidade para realizá-las.

Constatou-se também que alguns produtos podem ser adquiridos pelas pousadas nos municípios da Rota Ecológica, sem precisar de deslocamentos para outras regiões, o que ajuda a movimentar o mercado local e dá oportunidades de trabalho e renda para pessoas que poderiam estar fora da dinâmica turística local. As pousadas identificaram os principais produtos que são comprados nos municípios que compõem a Rota Ecológica, quais sejam: itens originados da pesca, principalmente peixes e polvo, seguidos de frutas, verduras e produtos de mercearias/mercadinhos; lagosta e camarão também podem ser comprados no local, mas em menor quantidade, por conta da qualidade (tamanho e tipo). De maneira geral, os produtos adquiridos são utilizados na preparação dos pratos oferecidos nos restaurantes das pousadas, que tanto atendem aos hóspedes como a eventuais clientes que estão passando pelo lugar e optam por fazer a refeição no local.

Em relação à valorização das manifestações culturais locais, seis proprietários afirmaram contribuir, principalmente financeiramente, com a realização de eventos que divulgam a cultura local, como apresentações de pastoril, bumba meu boi, entre outros tipos de manifestações culturais e folguedos que ocorrem nos municípios da Rota Ecológica. Esse tipo de iniciativa, embora conte com o apoio de pouco mais da metade das pousadas, contribui para valorização e divulgação da cultura local, o que pode contribuir para aumentar a autoestima dos residentes, que veem aspectos da sua cultura sendo apreciados pelos visitantes. O aumento da autoestima de pessoas dos lugares turísticos contribui diretamente para melhorar a qualidade do serviço prestado e para o bem-estar de parte da população hospedeira, como Bramwell (2003) constatou ao estudar a resposta local ao turismo na ilha de Malta, no Mediterrâneo.

As pousadas, de uma forma geral, possuem certificações ou indicações de qualidade pelos serviços ofertados (Guia Quatro Rodas, *Trip Advisor* etc.), ou cadastros em sites que divulgam hospedagens luxuosas e/ou em locais desertos, com práticas diferenciadas voltadas para a sustentabilidade (C*ondê Nast Traveller, Hidden Pousadas Brazil* etc.), o que pode ser facilmente verificado na recepção de algumas pousadas. Três proprietários que disseram não ter certificação ambiental em suas pousadas justificaram o fato com dois motivos: não ter interesse em certificar a pousada e o custo para obter a certificação. Com o intuito de não limitar as práticas de RSA apenas ao interior das pousadas, os proprietários de oito das 10 pousadas estudadas, afirmaram que priorizam a realização de compras junto a fornecedores que possuem práticas de proteção ao meio ambiente. Essa atitude demonstra que além de estarem, de certa forma, preocupados com as consequências das ações das suas pousadas sobre o meio ambiente, eles também exigem postura semelhante por parte dos que lhes oferecem produtos e serviços.

A disponibilização de informações aos hóspedes sobre as práticas ambientais adotadas pelas pousadas é importante para que eles tenham conhecimento das iniciativas ambientais do empreendimento em que estão hospedados, embora seja difícil para eles incorporá-las enquanto permanecem no local, assim como não há garantias de que eles levarão essas práticas consigo ao término de sua estada. Das 10 pousadas, sete afirmaram concordar totalmente e apenas três disseram concordar em parte com a disponibilização de informações sobre suas práticas ambientais aos hóspedes, que ocorre através de conversas,

avisos nos quartos, no próprio site das pousadas, em *blogs*, matérias de revistas de circulação nacional, *Facebook* e redes sociais em geral.

Das 10 pousadas que foram envolvidas neste estudo, oito possuem Licença Ambiental emitida pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL. Uma das pousadas garantiu que está em processo de licenciamento, e outra pousada afirmou que não possui licença ambiental por nunca ter sido procurada para dar início ao processo requerido para a obtenção da licença, embora alegue que o IMA/AL tem conhecimento da existência do empreendimento, tendo inclusive realizado visitas ao local. Coincidência ou não, essas duas pousadas já tinham suas estruturas construídas quando foram compradas por seus atuais proprietários.

Também foi identificada a adoção de medidas de gestão ambiental pelas pousadas da Rota Ecológica, voltadas a reduzir o consumo, o desperdício e incentivar o reaproveitamento dos recursos naturais como, por exemplo, a redução do consumo e desperdício de água e energia, disposição de resíduos sólidos e líquidos. Em relação ao consumo de água, os proprietários adotam práticas que visam redução do consumo e do desperdício. Ações mais simples e que não demandam altos investimentos, como reduzir o consumo e a diminuição da quantidade de trocas das roupas de cama e banho, segundo os entrevistados, possui maior adesão entre os clientes, o que facilita a adoção dessa prática pelas pousadas. No entanto, práticas que requerem mais investimentos como o aproveitamento da água da chuva, torneiras e chuveiros com redutores e temporizadores, sanitários com baixo volume de descarga, podem ser encontradas nas pousadas, mas são em menor número.

Situação semelhante ocorre em relação ao consumo de energia. A implantação de práticas que requerem investimento inicial com retorno em médio prazo, como a utilização de sensores de presença e a utilização de eletrodomésticos de baixo consumo de energia, não é adotada por alguns proprietários das pousadas, que podem estar interessados em medidas com respostas imediatas. Contraditoriamente, verificou-se que a maioria das pousadas procura utilizar fontes alternativas de energia, embora tenha um custo inicial elevado, como a implantação de painéis de energia solar que é a principal fonte alternativa de energia presente nas pousadas.

No que diz respeito aos resíduos, se constatou que de modo geral as pousadas têm se empenhado em contribuir com a redução e separação dos resíduos gerados por elas e por seus hóspedes, contribuindo com cooperativas, catadores e pessoas da comunidade que trabalham com reutilização e reciclagem de plásticos, vidros e papelão. Embora não seja de fato um gerenciamento compreensivo dos resíduos sólidos, as práticas adotadas nas pousadas contribuem para a gestão ambiental desses empreendimentos, em uma região na qual a gestão pública dos resíduos sólidos é muito precária.

Uma lacuna encontrada em relação aos resíduos gerados pelas pousadas é a questão da destinação do esgoto sanitário. A maioria das pousadas (sete) não trabalha com empresas especializadas para fazer o recolhimento do esgoto sanitário e as pousadas que utilizam o serviço não tem certeza sobre qual é a destinação final do esgoto recolhido pelas empresas. Poucas pousadas possuem algum tipo de tratamento de efluentes em suas instalações, isto porque além do custo é necessário capacitação para a implantação e manutenção desse tipo de tratamento de resíduos, o que envolve custos relativamente altos.

Quanto à utilização de produtos biodegradáveis, que demandam mais custos em relação aos convencionais, verifica-se que pouco mais da metade das pousadas (seis) faz uso deles. É importante que o uso desse tipo de produto seja estimulado nas pousadas para evitar contaminação do lençol freático, principalmente em se tratando de região a beira mar. Em relação aos aspectos construtivos das pousadas, se constatou a utilização de materiais resistentes e sustentáveis, que se adequam à realidade do local, como madeiras de replantio, piso de cimento queimado, uso de cerâmicas de barro, e pouca ou nenhuma utilização de porcelanatos e vidros; o cuidado e a atenção dada a aspectos como iluminação e ventilação natural, conforto acústico; baixa densidade de ambiente construído, impactando ao mínimo a paisagem.

Ao se analisar as práticas adotadas pelas pousadas da Rota Ecológica no que diz respeito às dimensões econômica, social e ambiental – comumente associadas à noção de Responsabilidade Socioambiental – ficou claro que ainda é necessário um avanço significativo na adoção de tais práticas para que a oferta turística em questão possa contribuir mais com o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, ao se considerar a adoção das mencionadas práticas de RSA por essas pousadas, comparando-as com a forma pela qual o turismo de massa normalmente ocorre, constata-se que há um avanço significativo na forma como as pousadas em questão exploram os recursos locais para viabilizar os seus interesses mercadológicos, pois elas incorporam uma série de medidas que são frequentemente negligenciadas pelo turismo de massa.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo analisar a experiência das pousadas da Rota Ecológica que possuem características semelhantes às pousadas de charme, buscando entender se e como ocorre a inclusão de aspectos de sustentabilidade com foco na responsabilidade socioambiental nestes empreendimentos. Constatou-se que essas pousadas priorizam empregar pessoas das comunidades onde se localizam e adquirem, tanto quanto possível, produtos e serviços de fornecedores locais. Também foi identificado o envolvimento das pousadas em atividades junto à comunidade local em busca por melhorias nos municípios onde nos quais se localizam, através de apoio a organizações não governamentais, associações, ou outras formas de mobilização. Foi constatado também o desenvolvimento de práticas e ações voltadas à minimização de impactos ao meio ambiente e à comunidade no entorno das pousadas, medidas que estão associadas à noção de responsabilidade socioambiental.

Apesar dos proprietários da maioria das pousadas afirmarem e demonstrem desenvolver práticas socioambientais, há a necessidade de uma troca de experiências e padronização entre as pousadas para que todas possam inserir práticas de responsabilidade socioambiental em suas atividades de maneira uniforme, estabelecendo parcerias. Tais medidas podem trazer benefícios econômicos para as próprias pousadas, através da redução de custos e da criação de um diferencial competitivo de forma integrada. Além disso, ao adotar procedimentos de responsabilidade socioambiental as pousadas contribuem para o desenvolvimento sustentável dessa parte do litoral alagoano, distanciando-se das práticas do turismo de massa normalmente associado a impactos negativos de ordem social, cultural e ambiental.

5 AGRADECIMENTOS

Os dois primeiros autores agradecem respectivamente à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelas bolsas que permitiram a realização deste trabalho.

6 REFERÊNCIAS

Aguiló, E., Alegre, J. and Sard, M. (2005) The persistence of the "sun and sea" tourism model, **Tourism Management**, 26, 219-231.

Araujo, L. M. de e Moura, F. de B. P. (2007) A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, Degradação Ambiental e Erosão Cultural, in Coriolano, L. N. M. T. e Vasconcelos, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza:** realidades, conflitos e resistências, Fortaleza: Eduece, 94-113.

Archer, B. e Cooper, C. (1998) Os impactos positivos e negativos do turismo, in Theobald, W. F. **Turismo global**, São Paulo: Senac, 85-102.

Associação de Hotéis Roteiros de Charme (2013) **Roteiros de Charme**, disponível em: http://www.roteirosdecharme.com.br/index.php (acesso em 05 maio de 2013).

Barbieri, J. C. e Cajazeira, J. E. R. (2009) **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável:** da teoria à prática, São Paulo: Saraiva.

Barros, N. C. C. de. (2009) **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam? -** uma interpretação geográfica, Recife: Editora da UFPE.

Benson, A. (2005) Research tourism: professional travel for useful discoveries, in Novelli, M. **Niche tourism:** contemporary issues, trends and cases. Butterworth Heinemann, Burlington, MA, 133-142.

Bramwell, B. (2003) Maltese responses to tourism, **Annals of Tourism Research**, 30(3), 581-605.

Campos, J. R. V. (2005) **Introdução ao universo da hospitalidade**. Série Hospitalidade. Campinas, SP: Papirus, 2005.

Carvalho, R. K. A. de. (2014) **Pousadas de charme como uma alternativa para o turismo sustentável em São Miguel dos Milagres – AL,** 63, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia Bacharelado) - Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Dias, R. (2006) **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade, São Paulo: Atlas.

Hoerner, Jean-Michel. (2011) **Geopolítica do turismo**, São Paulo: Senac.

Krippendorff, J. (2006) **Sociologia do turismo:** para uma nova compreensão do lazer e das viagens, Série Turismo, Tradução: Contexto traduções, São Paulo: Aleph, (3).

Körössy, N. (2008) Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística, **Caderno Virtual de Turismo**, 8(2), 56-68, disponível em: http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=238&path%5B%5D=178 (acesso em 20 agosto de 2011).

Oliveira, M. (2007) **Revista Anuário Exame Turismo 2007-2008**, São Paulo, 19-22, (abr).

Pearce, D. G. (2003) **Geografia do turismo**: fluxos e regiões no mercado de viagens, São Paulo: Aleph.

Tachizawa, T. (2006) **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa** - estratégias de negócios focadas na realidade brasileira, São Paulo: Atlas, (4), (revista e ampliada).

Timms, B. F. and Conway, D. (2012) Slow tourism at the Caribbean’s geographical margins, **Tourism Geographies**, 14(3), 396-418.

Yázigi, E. (1999) **Turismo**: uma esperança condicional, São Paulo: Global Universitária, (2).